



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

RAFAEL FERNANDO MACEDO ROCHA DA COSTA

**OLIGARQUIAS POLÍTICAS E RESPONSABILIDADE ELEITORAL: UMA ANÁLISE
EMPÍRICA DA ATUAÇÃO DA FAMÍLIA CALHEIROS EM ALAGOAS**

Salvador
2026

RAFAEL FERNANDO MACEDO ROCHA DA COSTA

**OLIGARQUIAS POLÍTICAS E RESPONSABILIDADE ELEITORAL: UMA ANÁLISE
EMPÍRICA DA ATUAÇÃO DA FAMÍLIA CALHEIROS EM ALAGOAS**

Artigo apresentado à disciplina de TCC II do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em direito.

Orientador: Florisvaldo Pasquinha de Matos Filho

Salvador
2026

OLIGARQUIAS POLÍTICAS E RESPONSABILIDADE ELEITORAL: Uma análise empírica da atuação da família Calheiros em Alagoas

Rafael Fernando Macedo Rocha da Costa¹
Prof. Me. Florisvaldo Pasquinha de Matos Filho²

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise empírica da atuação política da família Calheiros em Alagoas, utilizando dados obtidos em fontes oficiais, como a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e a Assembleia Legislativa de Alagoas. O estudo busca compreender em que medida a atuação desse grupo político apresenta características oligárquicas e mecanismos de responsividade política em relação ao seu eleitorado. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa baseada em estudo de caso e análise documental de proposições legislativas, votações parlamentares e programas governamentais. A investigação parte da análise de hipóteses relacionadas à representação política, à democracia representativa e à permanência de estruturas oligárquicas no Nordeste brasileiro. Os resultados mostram a coexistência entre mecanismos tradicionais de concentração de poder e níveis relevantes de resposta às demandas socioeconômicas do eleitorado analisado.

Palavras-chaves: Representação política. Oligarquias políticas. Responsividade política. Comportamento legislativo. Pesquisa empírica em Direito. Família Calheiros.

¹ Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSal). E-mail: rafaelfernando.costa@ucsal.edu.br

² Professor do curso de Direito da UCSal. Mestre em Alteridade e Direitos Fundamentais pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Especialista em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia e Especialista em Direito Imobiliário pela Universidade Salvador. Bacharel em Direito pela Faculdade de Artes, Ciências e Tecnologias e bacharel em Comunicação Social pelo Centro Universitário Jorge Amado. E-mail: fmatosadv@gmail.com

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	DEFINIÇÃO DO OBJETO DA ANÁLISE	5
2.1	PRINCÍPIOS DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E A RESPONSABILIDADE POLÍTICA	6
2.2	ATUAÇÃO DA FAMÍLIA CALHEIROS NOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO.....	7
3	ANÁLISE EMPÍRICA DA REPRODUÇÃO DE PODER E DA DINÂMICA OLIGÁRQUICA: O CASO DA FAMÍLIA CALHEIROS NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA BRASILEIRA	8
3.1	ANÁLISE GEOGRÁFICA E DE APOIO ÀS CANDIDATURAS	9
3.1.1	Distribuição Regional do Eleitorado.....	9
3.1.2	Distribuição de Apoios aos Calheiros	12
3.2	ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO ELEITORADO DOS CALHEIROS.....	13
4	ANÁLISE EMPÍRICA DA RESPONSABILIDADE REPRESENTATIVA.....	14
4.1	CRITÉRIOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE EMPÍRICA.....	14
4.2	ANÁLISE DA ATUAÇÃO POLÍTICA DE RENAN FILHO	16
4.2.1	Projetos e realizações.....	16
4.3	ANÁLISE DA ATUAÇÃO POLÍTICA DE RENAN CALHEIROS	19
4.3.1	Projetos e propostas	20
4.3.2	Votações no Senado	22
4.4	ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA E VOTAÇÃO DA FAMÍLIA CALHEIROS	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

A democracia representativa contemporânea foi construída a partir de diferentes modelos institucionais e interpretações teóricas sobre a relação entre representantes e representados. No modelo clássico, ocorrido na Grécia, possuía a característica como sendo o governo do povo, se utilizando do *kleroterion*, mecanismo onde os políticos eram eleitos, dentre os cidadãos livres e com direitos, por meio de sorteios para o exercício de funções públicas (ARISTÓTELES, 2010). Já nas concepções mais recentes, destaca-se a tradição elitista, segundo a qual existe uma minoria dirigente responsável pela condução do processo político, ideia associada ao pensamento de Joseph Schumpeter (1984). Nesse modelo, o processo político tende a favorecer grupos que possuem maior capital político, econômico e institucional. A partir dessa perspectiva, autores como Hanna Pitkin (1967) e Robert Dahl (2001) defendem que a representação política não deve se limitar apenas ao aspecto formal do voto, mas também envolver a atuação dos representantes em relação aos interesses da população representada.

Nesse contexto, em que uma minoria governa em nome da maioria, Robert Michels (1982), em sua teoria da “Lei de Ferro das Oligarquias”, aponta uma tendência de concentração de poder: qualquer grupo organizado tende à burocratização e, conseqüentemente, à formação de estruturas oligárquicas em relação às suas bases sociais. No Brasil, essas características assumem formas específicas devido a heranças históricas como o patrimonialismo e o coronelismo, frequentemente associados à permanência de dinastias políticas no país. Diante disso, este trabalho busca analisar a atuação da família Calheiros em Alagoas, procurando compreender se a longa permanência e a sucessão familiar em cargos eletivos influenciam a representação política e a responsividade eleitoral.

O principal objetivo desta pesquisa é compreender como o poder oligárquico se reproduz e se mantém ao longo de quatro décadas. Para isso, são analisados dados sobre produção legislativa e sucessão familiar, buscando identificar de que forma a concentração de poder influencia a representação política e a relação entre representantes e base eleitoral.

A pesquisa utiliza do método hipotético-dedutivo e da análise documental, com foco em proposições legislativas, programas do governo, dados eleitorais e indicadores socioeconômicos do estado de Alagoas. De tal modo, será feita uma análise da atuação política da família Calheiros entre 1986 e 2026, com base em informações obtidas em órgãos oficiais como o Tribunal Superior Eleitoral, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o IBGE e o Atlas do Desenvolvimento Humano.

Parte-se da ideia de que a permanência de famílias na política regional brasileira não ocorre apenas por mecanismos tradicionais de reprodução oligárquica, mas também pela capacidade de manter vínculos territoriais e responder, ainda que de forma seletiva, às demandas socioeconômicas de suas bases eleitorais. A partir dessa perspectiva, o estudo busca compreender se a presença de oligarquias políticas resulta necessariamente em déficits de representatividade democrática ou se pode coexistir com mecanismos de responsividade política voltados às demandas predominantes de sua base eleitoral. Além disso, procura-se identificar o perfil do eleitorado da família Calheiros e analisar em que medida as propostas discutidas se relacionam com as principais necessidades socioeconômicas de sua base política.

Para responder a essa questão, a pesquisa ampara-se em um desenho metodológico de natureza mista, combinando técnicas qualitativas e quantitativas. A vertente quantitativa examina as estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral para mapear a distribuição geográfica da votação e os índices de concentração eleitoral, integrando-as aos indicadores do IBGE para desenhar o perfil socioeconômico dos eleitores. Já a etapa qualitativa consiste na análise de conteúdo da atividade parlamentar do grupo no Senado Federal e no governo do estado de Alagoas, categorizando tematicamente as propostas e medindo seu grau de sintonia com as necessidades da base social.

A investigação adota o método hipotético-dedutivo, mobilizando conceitos teóricos consagrados sobre democracia e oligarquias como ponto de partida para o exame dos dados empíricos do caso estudado, de acordo com a perspectiva metodológica de Popper (1975). Complementarmente, aplica-se a técnica de análise comparativa para cruzar as características socioeconômicas dos eleitores com a atividade legislativa do grupo, testando se há uma real consonância substantiva entre a base social e seus representantes.

O artigo está dividido em três partes principais. Na primeira, são discutidos os conceitos teóricos relacionados à democracia representativa, às oligarquias políticas e à responsividade. Na segunda, desenvolve-se uma análise da atuação da família Calheiros no contexto político de Alagoas. Por fim, examina-se a relação entre permanência oligárquica, representação política e responsividade territorial no cenário alagoano.

2 DEFINIÇÃO DO OBJETO DA ANÁLISE

Segundo a tradição liberal clássica, a representação é entendida como a transferência da legitimidade da ação política do eleitor para o representante por meio do voto. No entanto, na contemporaneidade, a representação não pode se limitar apenas a essa dimensão formal.

2.1 PRINCÍPIOS DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E A RESPONSABILIDADE POLÍTICA

Para compreender as diferentes dimensões da representação, Hanna Pitkin é uma referência importante ao afirmar que a representação política vai além de uma simples autorização formal. Segundo a autora, ela também envolve uma dimensão substantiva, na qual o representante deve atuar de acordo com os interesses dos representados. Nesse sentido, “representar significa agir no interesse dos representados, de forma responsiva a eles” (PITKIN, 1967, p. 209, tradução nossa). A partir dessa perspectiva, a democracia representativa passa a ser compreendida pela capacidade das instituições políticas de refletirem as demandas da sociedade. Nesse contexto, a teoria da *poliarquia* de Robert Dahl torna-se relevante, uma vez que o autor argumenta que a democracia moderna é marcada por um conjunto de garantias institucionais, entre as quais se destaca a responsividade do governo às preferências dos cidadãos (DAHL, 2001, p. 37).

A partir desse referencial, a responsividade política pode ser compreendida como a capacidade dos representantes eleitos de agirem alinhados aos interesses, demandas e preferências dos cidadãos. Desse modo, o conceito indica que o processo democrático não se esgota no mero exercício do voto, exigindo, fundamentalmente, uma postura ativa do governo para suprir as expectativas a ele confiadas, consolidando-se como uma garantia institucional indispensável para a legitimidade da ação governamental.

Diante dessas reflexões, a democracia representativa contemporânea enfrenta importantes limitações estruturais. Segundo Miguel (2017, p. 108), a representação política, além de reproduzir desigualdades sociais já existentes, produz uma desigualdade política baseada no controle do poder exercido pelos representantes, aprofundando a separação entre governantes e governados.

Joseph Schumpeter se mostra relevante para essa compreensão ao entender a democracia como uma “competição entre elites”, ou seja, a minoria com recursos disponíveis dispostos à corrida eleitoral (SCHUMPETER, 1984). No Brasil, essa tensão assume características próprias, influenciadas por fatores históricos. Raymundo Faoro demonstra que o Estado brasileiro se desenvolveu sob forte influência do patrimonialismo, contexto em que as fronteiras entre o público e o privado tornam-se frágeis, permitindo que grupos dominantes utilizem a estrutura estatal em benefício próprio (FAORO, 2001, p. 819). Além disso, Victor Nunes Leal destaca que a dinâmica política brasileira foi historicamente marcada pelo coronelismo, sistema no qual o controle local do voto estava associado a relações de

dependência econômica, social e clientelista (LEAL, 2012, p. 44-45). É nesse contexto que se insere o presente estudo, cujo objetivo é investigar se a atuação política da família Calheiros se aproxima de um modelo de representação democrática responsiva ou se reproduz padrões históricos de concentração e manutenção do poder político.

2.2 ATUAÇÃO DA FAMÍLIA CALHEIROS NOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO

Para compreender a atuação das oligarquias no Brasil e sua influência política em diferentes regiões, torna-se necessária uma análise delimitada, baseada em dados oficiais disponíveis. A trajetória política da família Calheiros está profundamente ligada ao município de Murici, localizado na Zona da Mata do estado de Alagoas, que possui população estimada em 25.187 habitantes, segundo o Censo de 2022. A trajetória desse grupo político teve início com seu patriarca, Olavo Calheiros Novais, conhecido como Major Olavo. Major Olavo foi prefeito de Murici em 1982, e sua atuação contribuiu para consolidar uma liderança local com ampla influência política na região.

A partir desse contexto, observa-se que a presença política da família se consolidou com o retorno de Remi Calheiros, filho mais velho de Major Olavo, ao cargo de prefeito em 1996. Desde então, integrantes da família passaram a alternar-se no comando da prefeitura, ao mesmo tempo em que mantiveram presença contínua em diferentes cargos eletivos ao longo das últimas três décadas (GUERRA, 2024). No entanto, sua influência política não se limitou ao município de Murici, expandindo-se para o cenário político estadual e nacional, especialmente por meio do senador Renan Calheiros e de seu filho, Renan Filho, ambos, figuras centrais deste estudo. Renan Calheiros iniciou sua trajetória política no final da década de 1970, sendo eleito deputado estadual em 1978. Posteriormente, exerceu mandatos como deputado federal e, desde 1994, ocupa o cargo de senador por Alagoas, mantendo presença contínua na política nacional e figurando entre as principais lideranças do MDB.

A presença da família Calheiros em cargos estratégicos demonstra a continuidade de sua atuação em posições institucionais ao longo das últimas décadas. A Tabela 1 apresenta a trajetória política de Renan Calheiros, destacando a permanência de sua atuação em cargos de destaque na política estadual e nacional.

TABELA 1 – Evolução da trajetória política de Renan Calheiros

Nome	Cargo	Ano de início	Ano de fim	Nº de mandatos	Partido	Parentesco	Observações
------	-------	---------------	------------	----------------	---------	------------	-------------

Renan Calheiros	Deputado Estadual (AL)	1979	1983	1	PMDB	Patriarca	Início da carreira política
Renan Calheiros	Deputado Federal	1983	1991	2	PMDB	Patriarca	Representou Alagoas na Câmara
Renan Calheiros	Senador	1995	2027	4	PMDB/ MDB	Patriarca	Presidente do Senado em dois períodos

Fonte: elaboração própria com base em dados do Senado Federal, Câmara dos Deputados

No caso de Renan Filho, filho mais velho do senador Renan Calheiros, sua trajetória política teve início no ano seguinte, conforme apresentado na Tabela 2.

TABELA 2 – Trajetória política e institucional de Renan Filho

Nome	Cargo	Ano de início	Ano de fim	Nº de mandatos	Partido	Parentesco	Observações
Renan Filho	Prefeito de Murici (AL)	2005	2010	2	PMDB MDB	Filho	Início da carreira executiva
Renan Filho	Deputado Federal	2011	2014	1	PMDB MDB	Filho	Atuação voltada ao desenvolvimento regional
Renan Filho	Governador de Alagoas	2015	2022	2	PMDB MDB	Filho	Reeleito em 2018
Renan Filho	Senador	2023	2023	1	MDB	Filho	Licenciou-se para assumir ministério
Renan Filho	Ministro dos Transportes	2023	2026	1	MDB	Filho	Governo Lula

Fonte: elaboração própria com base em dados do Senado Federal, Governo de Alagoas e Ministério dos Transportes (2026)

A trajetória dos cargos ocupados por Renan Filho demonstra a permanência da família em posições de destaque nas instituições políticas. Além disso, evidencia a capacidade das estruturas oligárquicas de se adaptar a diferentes contextos institucionais e administrativos.

3 ANÁLISE EMPÍRICA DA REPRODUÇÃO DE PODER E DA DINÂMICA OLIGÁRQUICA: O CASO DA FAMÍLIA CALHEIROS NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA BRASILEIRA

Com base nas teorias discutidas nos capítulos anteriores, especialmente acerca da tendência de concentração de poder nas democracias representativas, realiza-se uma análise empírica da atuação política da família Calheiros. A análise busca identificar se a longa permanência da família no cenário político alagoano produz distanciamento entre a atuação institucional e as demandas de sua base eleitoral. Para isso, propõe-se a quantificação e a qualificação do eleitorado a partir de informações relacionadas ao mandato mais recente de Renan Calheiros no Senado Federal e ao período em que Renan Filho exerceu o governo de Alagoas.

TABELA 3 – Indicadores socioeconômicos de municípios estratégicos da base eleitoral da família Calheiros

Município	Renda média (R\$)	% população baixa renda	Escolaridade média	IDH	Índice de pobreza	Acesso a saneamento (%)
Maceió	2251	31	9,9	0,721	28	84
Murici	1450	47	7,2	0,527	42	54
Arapiraca	1850	38	8,5	0,649	34	72

Fonte: elaboração própria com base em dados do IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Os dados analisados mostram diferenças socioeconômicas significativas entre os municípios que compõem a base eleitoral da família Calheiros. Maceió apresenta indicadores mais elevados de rendimento, escolaridade e infraestrutura, enquanto municípios como Murici enfrentam maior vulnerabilidade socioeconômica. A análise qualitativa considera as mesorregiões geográficas de Alagoas como referência, levando em consideração tanto as atividades econômicas predominantes em cada região quanto o apoio dos municípios às candidaturas da família Calheiros. Além disso, a distribuição dos votos também se relaciona às condições socioeconômicas e às dinâmicas institucionais presentes nas diferentes regiões do estado.

3.1 ANÁLISE GEOGRÁFICA E DE APOIO ÀS CANDIDATURAS

Neste tópico, analisa-se a distribuição geográfica do comportamento eleitoral em Alagoas. Para isso, são consideradas as características socioeconômicas e políticas das diferentes mesorregiões do estado.

3.1.1 Distribuição Regional do Eleitorado

Alagoas possui população de 3.127.511 habitantes, segundo o Censo de 2022, distribuídos entre 102 municípios. O estado é dividido em três mesorregiões: o Sertão Alagoano, composto por 26 municípios; o Agreste Alagoano, com 24 municípios; e o Leste Alagoano, que reúne 52 municípios.

Figura 1 – Mesorregião de Alagoas e cidades citadas no estudo

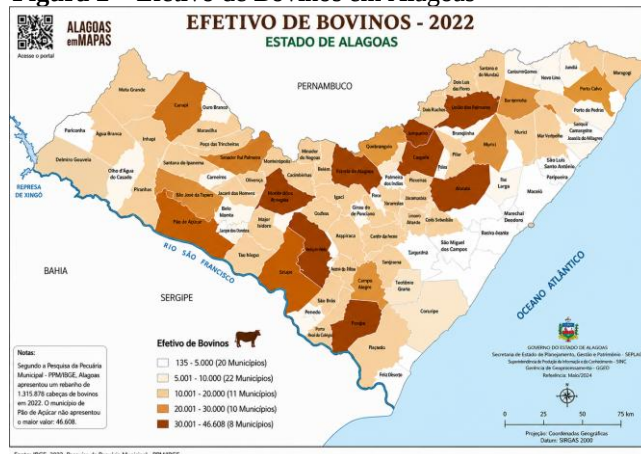


Fonte: Adaptado de Alagoas em Dados (2024)

Em relação à mesorregião do Leste Alagoano, destaca-se sua elevada densidade populacional e sua formação socioeconômica historicamente vinculada à produção de cana-de-açúcar. O historiador Douglas Apratto (2017) observa que a transição dos antigos engenhos banguês para as usinas modernas não foi suficiente para romper com a lógica de dominação existente na região. Dessa forma, o controle econômico da terra transformou-se em uma “nobiliarquia” política que permanece até os dias atuais. Linhagens tradicionais mantêm vínculos com esse setor, fenômeno que também se reflete em lideranças contemporâneas associadas a municípios tradicionais, como ocorre com Renan Filho e a família Calheiros, ligados politicamente ao município de Murici.

O Agreste e o Sertão Alagoano, que juntos somam 50 municípios, apresentam dinâmica socioterritorial própria, marcada pela diversidade agrícola e pela criação de gado.

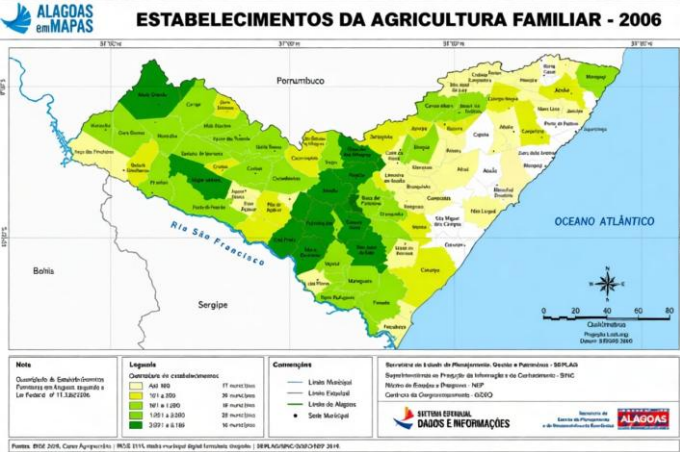
Figura 2 – Efetivo de Bovinos em Alagoas



Fonte: Alagoas em Dados (2022)

No Sertão, a forte presença da pecuária extensiva e da agricultura familiar de subsistência molda uma dinâmica socioeconômica que depende fortemente de políticas públicas e ações governamentais.

Figura 3 - Estabelecimentos da agricultura familiar em Alagoas



Fonte: Alagoas em Dados (2024)

Nessas regiões, o Estado exerce papel importante na oferta de apoio por meio de programas voltados aos pequenos produtores e da realização de obras de infraestrutura fundamentais para a economia local.

Em pesquisa divulgada pelo INAPE em dezembro de 2025, o senador Renan Calheiros liderava as intenções de voto no Sertão alagoano, com 21,9%, e no Agreste, com 19,5%. No entanto, no Leste alagoano e, principalmente, em Maceió, o cenário político mostrou-se menos favorável ao grupo, com maior presença de candidaturas de oposição urbana. Segundo o mesmo levantamento (INAPE, 2025), o ex-governador Renan Filho alcançou 62,5% das intenções de voto no Sertão e 49,2% no Agreste. Já nas áreas urbanas, o desempenho eleitoral do grupo foi menos expressivo: no Leste e no litoral, o apoio caiu para 28,6%, chegando a 11,9% em Maceió. A Tabela 4 evidencia essa diferença regional ao apresentar o desempenho eleitoral de Renan Calheiros na capital ao longo das últimas décadas.

TABELA 4 – Desempenho eleitoral de Renan Calheiros no município de Maceió (1994–2018)

Ano da eleição	Cargo disputado	Município	Nº de votos	% dos votos no município	Posição no município	Total de votos no estado	% estadual
1994	Senador	Maceió	53.098	N/D	2º	235.332	23,96%
2002	Senador	Maceió	218.607	38,67%	1º	815.136	42,27 %
2010	Senador	Maceió	189.519	26,34%	2º	840.809	33,42%
2018	Senador	Maceió	106.693	14,61%	2º	621.562	23,88%

Fonte: elaboração própria com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE (2026).

Os dados mostram uma redução gradual da influência política de Renan Calheiros em Maceió, em contraste com a estabilidade observada no interior do estado. Por outro lado, a

trajetória de Renan Filho indica maior capacidade de aproximação com o eleitorado urbano em algumas eleições relevantes, conforme mostra a Tabela 5.

TABELA 5 – Desempenho eleitoral de Renan Filho no município de Maceió (2010–2022)

Ano da eleição	Cargo disputado	Município	Nº de votos	% dos votos no município	Posição no município	Total de votos no estado	% estadual
2010	Deputado Federal	Maceió	25.411	6,99%	3º	140.476	8,12%
2014	Governador	Maceió	148.527	42,53%	1º	670.310	52,16%
2018	Governador	Maceió	240.246	64,76%	1º	1.001.053	77,30%
2022	Senador	Maceió	159.492	39,26%	2º	845.988	56,92%

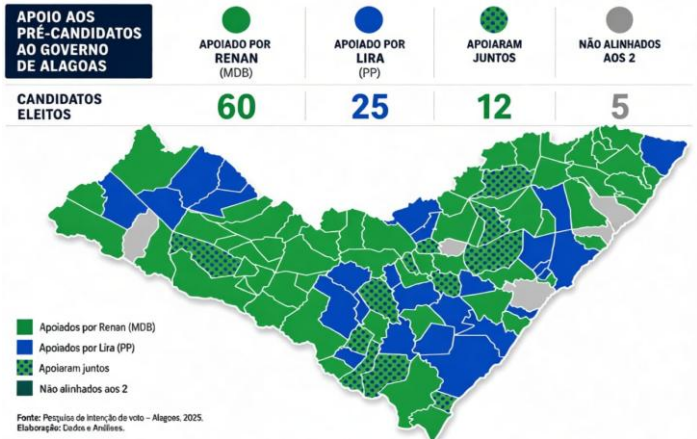
Fonte: elaboração própria com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE (2026).

Os resultados mostram que Renan Filho obteve desempenhos expressivos na capital, especialmente nas eleições para o governo em 2014 e 2018. No entanto, a principal base de apoio e lealdade eleitoral do grupo permanece concentrada no interior do estado, sobretudo no Sertão e no Agreste.

3.1.2 Distribuição de Apoios aos Calheiros

Para compreender a base eleitoral da família Calheiros, torna-se necessário analisar a distribuição do apoio político entre os municípios de Alagoas. Para isso, foram utilizados dados apresentados por Cabral (2026), segundo os quais pelo menos 71 municípios declararam apoio à candidatura de Renan Filho ao governo estadual. De acordo com o levantamento, Renan Calheiros recebeu o apoio de 92 prefeituras à candidatura de Renan Filho.

Figura 4 – Apoio aos pré-candidatos ao governo de Alagoas



Fonte: Jornal Poder 360. (2025)

Embora a família Calheiros mantenha número expressivo de apoios municipais, Arthur Lira possui maior presença em municípios com maior eleitorado. Ao mesmo tempo, observa-se o fortalecimento de novas lideranças políticas no estado, entre elas o próprio Arthur Lira, ligado aos Progressistas, e JHC, que concentra apoio significativo na capital, Maceió. Esse cenário aponta para uma mudança gradual na política alagoana, marcada pela disputa entre estruturas oligárquicas tradicionais e novas lideranças com maior inserção urbana.

3.2 ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO ELEITORADO DOS CALHEIROS

Na análise socioeconômica de Alagoas, observa-se que o estado enfrenta historicamente indicadores desfavoráveis em comparação ao restante do país, mantendo-se entre os estados com os menores índices de desenvolvimento humano municipal. De acordo com os dados apresentados por Aquino (2024), houve avanço gradual entre 2012 e 2021, embora esse processo de crescimento tenha sido interrompido pela pandemia de Covid-19, especialmente nos indicadores de renda e educação. O município de Inhapi, que possui o menor IDHM (0,484), encontra-se na categoria de desenvolvimento humano muito baixo, cenário semelhante ao observado em Mata Grande (0,504) e Canapi (0,506).

Figura 5 – Perfil municipal do IDHM em Alagoas



Fonte: Alagoas em Dados (2024)

O eleitorado da família Calheiros está concentrado majoritariamente no interior do estado de Alagoas, marcado pela presença de populações em condições socioeconômicas mais vulneráveis. Observa-se a predominância de municípios menores, cuja economia está ligada à agropecuária, à agricultura familiar e a atividades de subsistência. Essas características favorecem vínculos mais sólidos entre representação política e eleitorado. Por outro lado, a atuação eleitoral da família Calheiros mostra-se menos expressiva nos grandes centros urbanos

e no litoral, especialmente em Maceió, onde parte do eleitorado tende a apoiar lideranças emergentes, refletindo padrões de voto distintos daqueles observados no interior do estado.

4 ANÁLISE EMPÍRICA DA RESPONSABILIDADE REPRESENTATIVA

Definido o perfil eleitoral, esta seção analisa propostas e votações relevantes relacionadas à atuação de Renan Calheiros no Senado Federal e ao período em que Renan Filho governou Alagoas, abrangendo os anos de 2018 a 2026 para o primeiro e de 2015 a 2022 para o segundo. A partir desse recorte temporal e espacial, busca-se investigar se as propostas analisadas apresentam alinhamento com a base eleitoral do grupo e de que forma a permanência política da família Calheiros se relaciona com a responsividade diante de seus eleitores. Para isso, será elaborado um índice baseado em indicadores positivos e negativos, com o objetivo de conferir maior objetividade às conclusões da pesquisa.

4.1 CRITÉRIOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE EMPÍRICA

Para conferir maior rigor à pesquisa empírica e reduzir interpretações subjetivas, foi criado o Índice de Responsividade Representativa (IRR). O índice busca medir o grau de alinhamento entre a atuação política dos agentes analisados e os interesses socioeconômicos predominantes em sua base eleitoral. A partir dessa metodologia, proposições legislativas, programas governamentais e posicionamentos institucionais foram classificados de acordo com seus impactos sociais e sua relação com as principais demandas do eleitorado alagoano.

A pesquisa abrangeu propostas legislativas, programas governamentais, votações parlamentares e ações institucionais de Renan Filho e Renan Calheiros. O período analisado para Renan Filho compreende seus dois mandatos como governador (2015–2022), enquanto a análise de Renan Calheiros concentra-se no intervalo entre 2018 e 2026. A seleção foi realizada com base em critérios de impacto socioeconômico, abrangência territorial e alinhamento com as necessidades do eleitorado do Agreste e do Sertão alagoano, priorizando áreas como infraestrutura, educação, saúde, assistência social e política econômica. Não foram consideradas propostas meramente simbólicas, homenagens e requerimentos sem impacto concreto ou desconectados dos objetivos centrais da pesquisa.

TABELA 6 – Síntese metodológica da pesquisa empírica

Elemento metodológico	Aplicação na pesquisa
Método	Pesquisa qualitativa documental

Técnica	Análise de conteúdo temática
Instrumento auxiliar	Índice de Responsividade Representativa (IRR)
Recorte temporal	2015–2026
Fontes utilizadas	Senado Federal, Câmara dos Deputados, Governo de Alagoas, TSE e Diário Oficial
Critério de seleção	Impacto socioeconômico, territorial e institucional
Unidade analisada	Projetos, programas governamentais, votações parlamentares e medidas institucionais

Fonte: elaboração própria

A partir da escala de ponderação adotada, o índice foi estruturado com base nos seguintes critérios:

TABELA 7 – Critérios do Índice de Responsividade Representativa (IRR)

Critério	Pontuação
Política voltada diretamente à população vulnerável	+2
Política regional alinhada ao interior do estado	+2
Política social ampla	+1
Medida neutra em relação à base eleitoral	0
Política prioritariamente favorável ao mercado/setores específicos	-1
Política com impacto negativo sobre população vulnerável	-2

Fonte: elaboração própria

Cabe registrar, todavia, os limites inerentes ao índice proposto. O IRR é um instrumento de natureza qualitativa-ordinal, construído a partir de critérios definidos pelo próprio pesquisador, o que implica grau inevitável de subjetividade na classificação das propostas analisadas. A atribuição de pesos, como a distinção entre políticas de impacto "muito positivo" (+2) e "positivo" (+1), reflete escolhas interpretativas que, embora fundamentadas nos indicadores socioeconômicos do eleitorado mapeado, não decorrem de procedimento estatístico independente. Isso significa que os resultados do índice devem ser lidos como indicadores analíticos, e não como medidas objetivas de desempenho representativo.

Além disso, o IRR não captura a totalidade da atuação política dos agentes analisados, uma vez que a seleção das propostas obedeceu a critérios de relevância e impacto socioeconômico, excluindo deliberadamente iniciativas simbólicas e requerimentos sem efeito concreto. Essa filtragem, embora metodologicamente justificada, implica que o índice reflete um recorte da atuação parlamentar, e não sua integralidade. Da mesma forma, a definição do eleitorado-referência, centrada nas populações vulneráveis do Agreste e do Sertão alagoano, orienta os critérios de classificação em direção a esse perfil específico, o que pode subestimar demandas de segmentos urbanos e de classe média presentes na base eleitoral do grupo.

Reconhecidos esses limites, o IRR cumpre sua função central nesta pesquisa: tornar explícitos e verificáveis os critérios de avaliação da responsividade representativa, substituindo julgamentos impressionistas por uma estrutura analítica replicável. Sua validade é, portanto,

interna à pesquisa e deve ser compreendida como instrumento analítico de apoio à análise, e não como escala de mensuração absoluta.

4.2 ANÁLISE DA ATUAÇÃO POLÍTICA DE RENAN FILHO

A partir desses critérios, analisa-se a atuação de Renan Filho no Governo de Alagoas, com foco especial nas políticas públicas desenvolvidas nas áreas de infraestrutura, educação e assistência social durante sua gestão. A análise busca compreender em que medida essas iniciativas atenderam às demandas da base eleitoral da família Calheiros e como contribuíram para a manutenção de sua influência política no estado.

4.2.1 Projetos e realizações

A gestão de Renan Filho concentrou-se em programas e iniciativas nas áreas de infraestrutura, educação e assistência social, setores diretamente ligados às necessidades da população alagoana.

Em 2016, foi implementado o **Programa Pró-Estradas AL**, voltado à recuperação e ampliação da malha rodoviária estadual. A iniciativa buscou melhorar a integração entre municípios do interior e facilitar o escoamento da produção regional, especialmente em áreas dependentes da agropecuária e do comércio local. Em razão de seu alcance territorial e de seus impactos sobre a mobilidade regional, o programa recebeu **avaliação positiva** no Índice de Responsividade Representativa (IRR).

Em 2017, teve início o planejamento do **Aeroporto de Arapiraca**. A proposta de infraestrutura buscava impulsionar o desenvolvimento regional e fortalecer a integração econômica do interior do estado. Embora o projeto ainda não tenha sido concluído, sua implementação pode atrair investimentos e ampliar a atividade econômica em regiões afastadas dos principais centros urbanos. Dessa forma, a proposta recebeu **avaliação positiva** por demonstrar alinhamento com demandas regionais relevantes para a base eleitoral da família Calheiros.

Em 2019, a **Reforma da Previdência de Alagoas** foi sancionada por Renan Filho, incluindo medidas de ajuste fiscal, como o aumento da alíquota de contribuição e o endurecimento das regras de aposentadoria. Considerando a base eleitoral analisada, a medida produziu impactos negativos, especialmente entre os servidores públicos estaduais, que compõem parcela relevante da classe média alagoana. Além disso, conforme nota pública do SINTEAL (2020), sindicatos criticaram a ausência de diálogo durante a elaboração da proposta,

evidenciando tensões entre o governo e setores do funcionalismo público. Dessa forma, a medida recebeu **avaliação negativa** em razão dos conflitos entre o ajuste fiscal e os impactos sociais provocados pela reforma.

Em setembro de 2020, a Bolsa de Valores B3 realizou a licitação que concedeu à **BRK Ambiental** os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da região metropolitana de Maceió. Segundo reportagem do G1 (2021), a concessão provocou impactos tarifários relevantes para parte da população. Embora a principal base política da família Calheiros não esteja concentrada eleitoralmente em Maceió, os efeitos da medida relacionam-se mais aos interesses de setores econômicos urbanos do que às demandas do eleitorado interiorano analisado pela pesquisa. Além disso, o aumento das tarifas provocado pela concessão produziu impactos sociais relevantes sobre a população local, levando a uma **avaliação negativa** da medida em razão de sua baixa correspondência com as necessidades socioeconômicas predominantes na base eleitoral analisada.

Ainda em 2020, foram inaugurados o **Hospital Regional do Norte e o Hospital Regional da Mata**, iniciativa relacionada às demandas da base eleitoral da família Calheiros, especialmente por ampliar o acesso à saúde em regiões distantes da capital. A medida recebeu **avaliação positiva** devido à sua relevância para as populações do interior, que frequentemente dependem do deslocamento até Maceió para acessar serviços de saúde de maior complexidade.

No mesmo período, foi criado o **Programa Cria**, voltado à primeira infância e à assistência social. A iniciativa reuniu ações nas áreas de saúde, educação e acompanhamento familiar, priorizando famílias em situação de vulnerabilidade social. Em razão de sua abrangência social e de seu foco em políticas públicas voltadas à infância, o programa recebeu **avaliação positiva** no IRR.

Em 2021, foi criado o **Cartão Escola 10**, programa voltado ao incentivo da permanência dos estudantes na rede pública estadual por meio de auxílio financeiro condicionado à frequência escolar. Segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Educação, CONSED (2023) a iniciativa contribuiu para o aumento da assiduidade dos alunos, especialmente entre estudantes em situação de maior vulnerabilidade social. O programa ganhou projeção nacional e serviu de referência para iniciativas semelhantes em âmbito federal. Dessa forma, a política recebeu **avaliação positiva** por sua relação com medidas de assistência social e fortalecimento da educação pública.

Também em 2021, a deputada estadual Jó Pereira criticou a subutilização do **Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOEP)**. Segundo registros parlamentares divulgados pelo Diário do Poder (2021), o colegiado responsável pelo fundo reuniu-se sem avanços

relevantes na destinação dos recursos. De acordo com a parlamentar, a situação estaria relacionada à falta de planejamento da gestão do governador Renan Filho, responsável pela aplicação dos valores. A condução do fundo durante a pandemia recebeu **avaliação negativa**, especialmente diante do contexto de vulnerabilidade social e da necessidade de respostas mais efetivas para reduzir os impactos econômicos sobre a população. Em situações de crise, a subutilização de instrumentos públicos de combate à pobreza evidencia limitações institucionais no atendimento das demandas sociais mais urgentes.

Por fim, em 2023, já como ministro dos Transportes, Renan Filho passou a atuar na execução do **Novo PAC – Transportes**, programa federal voltado à ampliação da infraestrutura logística nacional. A iniciativa envolve investimentos em rodovias, ferrovias e obras de mobilidade, incluindo projetos relacionados ao Nordeste. Em razão de seu potencial impacto sobre a integração regional e o desenvolvimento econômico, o programa recebeu **avaliação positiva** no IRR.

TABELA 8 – Programas e iniciativas institucionais associados à atuação de Renan Filho

Ano	Projeto	Tipo	Tema	Área	Situação	Impacto observado
2016	Programa Pró-Estradas AL	Programa	Recuperação de rodovias	Infraestrutura	Executado	Alto
2017	Aeroporto de Arapiraca	Projeto de infraestrutura	Desenvolvimento regional	Transportes	Em andamento	Médio
2019	Reforma da Previdência de Alagoas	Reforma administrativa	Ajuste fiscal	Administração pública	Executada	Negativo para servidores
2020	Concessão do saneamento de Maceió	Concessão pública	Saneamento básico	Infraestrutura	Executada	Controverso
2020	Hospitais Regionais do Norte e da Mata	Política pública	Expansão da saúde	Saúde	Executado	Alto
2020	Programa Cria	Programa	Primeira infância	Assistência social	Executado	Alto
2021	Cartão Escola 10	Programa	Permanência escolar	Educação	Executado	Alto
2021	Subutilização do FECOEP	Gestão fiscal	Fundo de combate à pobreza	Assistência social	Criticado	Negativo
2023	Novo PAC - Transportes	Programa federal	Ampliação logística nacional	Infraestrutura	Em execução	Alto

Fonte: elaboração própria com base em dados do Governo de Alagoas, Ministério dos Transportes e Câmara dos Deputados (2026)

A análise das iniciativas examinadas indica que a gestão de Renan Filho realizou certas demandas importantes à parcela significativa do eleitorado alagoano, especialmente nas regiões

mais rurais do estado. Políticas de grande importância para o interior, como a infraestrutura, fortalecimento da saúde pública, permanência escolar e assistência social receberam avaliação positiva no IRR por tangenciarem necessidades imediatas do eleitorado vulnerável. Contudo, essa atuação é permeada pela imposição de uma racionalidade administrativa voltada ao ajuste fiscal e à desestatização, que acabou por contrariar as preferências e o bem-estar da base popular e da classe média trabalhadora.

Essa falta de conexão com as reais necessidades da população fica clara quando olhamos para as grandes decisões econômicas do governo. A sanção da Reforma da Previdência estadual em 2019, caracterizada pelo aumento de alíquotas e pelo endurecimento de regras de aposentadoria, gerou forte impacto negativo sobre o funcionalismo público e foi marcada por uma severa ausência de diálogo com os sindicatos. O consequente aumento das tarifas advindos da concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário pesou significativamente sobre o orçamento familiar, evidenciando como a agenda de mercado e a austeridade fiscal se sobrepôs à escuta ativa das demandas populares.

Assim, o cenário alagoano revela que a responsividade da gestão de Renan Filho foi divisiva: positiva em programas de transferência de renda e obras de transporte, lógica que o gestor estendeu em 2023 ao nível federal no Novo PAC, mas omissa e restritiva diante dos imperativos fiscais e da burocracia que penalizaram os mais vulneráveis.

4.3 ANÁLISE DA ATUAÇÃO POLÍTICA DE RENAN CALHEIROS

Em continuidade à análise da atuação dos principais agentes políticos da família Calheiros, esta seção examina a produção legislativa e os posicionamentos de Renan Calheiros no Senado Federal, bem como seus impactos no contexto socioeconômico de Alagoas e em sua base eleitoral. A análise baseia-se na seleção de projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e votações relevantes, buscando identificar padrões de atuação parlamentar e a relação das proposições com os interesses territoriais e sociais observados ao longo da pesquisa.

TABELA 09 – Produção legislativa e atuação institucional de Renan Calheiros

Ano	Projeto/Atuação	Tipo	Tema	Área	Situação	Impacto observado
2005–2007 2013–2015	Presidência do Senado Federal	Cargo institucional	Coordenação legislativa	Política institucional	Exercido	Alto
2008/2011	Projeto de incentivo aos arranjos produtivos locais	PLS	Fomento econômico	Desenvolvimento regional	Aprovado	Alto
2011	Projeto de proteção à infância e	PLS	Proteção de menores	Assistência social	Aprovado	Alto

	combate à exploração sexual					
2021	Relatoria da CPI da Covid	Relatório parlamentar	Investigação sanitária	Saúde	Concluído	Alto
2023	CPI da Braskem	Requerimento	Responsabilização ambiental	Meio ambiente	Instalada	Alto

Fonte: elaboração própria com base em dados do Senado Federal e Câmara dos Deputados (2026)

Os dados indicam que a atuação legislativa de Renan Calheiros se concentra em áreas ligadas à proteção social, ao desenvolvimento regional e à responsabilidade pública, com prioridade para propostas de impacto social mais amplo.

A atuação de Renan Calheiros na Presidência do Senado Federal evidencia sua relevância no cenário político nacional e sua influência na coordenação dos trabalhos legislativos ao longo de diferentes legislaturas.

Também se destacam os projetos relacionados aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), voltados ao incentivo do desenvolvimento regional e ao fortalecimento econômico de municípios com maiores dificuldades socioeconômicas. As propostas demonstram atenção a políticas de fomento regional, especialmente em áreas dependentes da agricultura, do comércio local e de pequenas atividades produtivas. No campo da assistência social, o Projeto de Lei voltado à proteção da infância e ao combate à exploração sexual evidencia atuação direcionada à defesa de grupos socialmente vulneráveis.

Em 2021, a atuação de Renan Calheiros como relator da CPI da Covid marcou um dos momentos de maior destaque de sua trajetória recente no Senado Federal. A comissão investigou ações e omissões relacionadas à condução da pandemia no Brasil, assumindo grande repercussão política e institucional em âmbito nacional.

Por fim, em 2023, a participação do senador na CPI da Braskem demonstrou envolvimento em temas de elevada relevância socioambiental e forte impacto regional, especialmente em Maceió. A investigação concentrou-se nos danos provocados pela exploração mineral na capital alagoana, tema que mobilizou debates sobre responsabilidade ambiental, reparação social e atuação do poder público.

4.3.1 Projetos e propostas

O **Projeto de Lei nº 4.443/2025** propõe a criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. A medida integra iniciativas voltadas à regulamentação da extração e do refino desses recursos, tendo como eixos centrais a soberania nacional e a transição energética. Segundo Siqueira (2025), estudos do Serviço Geológico do Brasil apontam que

Alagoas ocupa posição estratégica nesse setor. Considerando o potencial impacto econômico regional, a proposta recebeu **indicador positivo** no Índice de Responsividade Representativa (IRR). Nesse sentido, a medida relaciona desenvolvimento regional, soberania econômica e transição energética às discussões atuais sobre política industrial e exploração de recursos estratégicos.

Na **PEC nº 37/2025**, Renan Calheiros, em conjunto com outros senadores, propôs a inclusão do Art. 170-A na Constituição Federal, com o objetivo de estabelecer princípios de eficiência produtiva e alocação eficiente de recursos. A justificativa da proposta baseia-se na baixa produtividade do trabalhador brasileiro, utilizando dados da *The Conference Board* para sustentar a necessidade de medidas voltadas à superação de desafios econômicos e produtivos. No entanto, segundo os critérios do IRR, a proposta recebeu **avaliação negativa**, uma vez que a prioridade atribuída à eficiência produtiva e de mercado pode reduzir a centralidade de políticas voltadas à proteção social, especialmente entre segmentos mais vulneráveis da base eleitoral alagoana.

No **Projeto de Lei nº 5.473/2025**, Renan Calheiros propõe alterações na legislação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ampliando as alíquotas incidentes sobre *fintechs* e empresas de apostas digitais. A proposta fundamenta-se na elevada lucratividade do setor e nos impactos sociais associados ao crescimento das apostas online. Segundo Siqueira (2024), com base em dados do Data Senado, Alagoas aparece como o quarto estado do país e o primeiro do Nordeste em número de apostadores em plataformas digitais. Diante do cenário de vulnerabilidade financeira relacionado à expansão das apostas entre setores populares, a proposta recebeu **avaliação positiva** no IRR por apresentar alinhamento com medidas de proteção social voltadas à base eleitoral analisada.

Na **PEC nº 42/2025**, Renan Calheiros, em conjunto com outros senadores, propõe a inclusão do princípio da confiança legítima como § 2º do Art. 194 da Constituição Federal. A proposta busca garantir proteção jurídica a indivíduos próximos da aposentadoria diante de alterações nas regras previdenciárias, reduzindo a insegurança na relação entre cidadão e Estado. Por envolver direitos previdenciários, a medida apresenta impacto nacional e pode influenciar a segurança jurídica da base eleitoral alagoana. Em razão de seu caráter protetivo em relação aos direitos sociais e previdenciários, a proposta recebeu **avaliação positiva** no IRR.

Por fim, o **Projeto de Lei Complementar nº 30/2026** propõe regulamentar o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), estabelecendo medidas para evitar o endividamento excessivo de instituições financeiras com base nas garantias do fundo e ampliar a fiscalização sobre o patrimônio mantido pelos bancos. Segundo Matsui (2026), a proposta surgiu em meio às

discussões envolvendo o Banco Master e busca reforçar a segurança jurídica relacionada ao funcionamento do FGC. Trata-se, contudo, de iniciativa de alcance nacional, sem relação direta com as demandas predominantes da base eleitoral alagoana analisada pela pesquisa. Em razão desse caráter mais amplo, a proposta recebeu **pontuação neutra (zero)** no IRR.

TABELA 10 – Produção legislativa recente de Renan Calheiros

Ano	Projeto	Tipo	Tema	Área	Impacto atribuído
2025	PL 4443/2025	PL	Política nacional de minerais estratégicos	Desenvolvimento econômico	Positivo
2025	PEC 37/2025	PEC	Eficiência produtiva e ordem econômica	Economia	Negativo
2025	PL 5473/2025	PL	Tributação de fintechs e bets	Tributação / regulação	Positivo
2025	PEC 42/2025	PEC	Confiança legítima previdenciária	Previdência	Positivo
2026	PLC 30/2026	PLC	Regulação do FGC	Sistema financeiro	Neutro

Fonte: elaboração própria com base em dados do Senado Federal e Câmara dos Deputados (2026)

4.3.2 Votações no Senado

Na votação da **PEC nº 48/2023**, que propunha estabelecer o dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, como marco temporal para a demarcação de terras indígenas, Renan Calheiros foi o único senador a se abster. Segundo Leal (2023), com base em dados do Censo de 2022, Alagoas possui população indígena relevante, especialmente no município de Pariconha, onde a maioria dos habitantes pertence a povos originários. Considerando o histórico de apoio eleitoral do município à família Calheiros, a abstenção recebeu **avaliação negativa** no Índice de Responsividade Representativa (IRR), em razão da relevância do tema para as demandas territoriais e sociais dessa parcela do eleitorado.

No **Projeto de Lei Complementar nº 153/2024**, voltado à ampliação da flexibilidade na utilização dos saldos remanescentes dos repasses destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mantendo os mecanismos de fiscalização, Renan Calheiros votou favoravelmente. A proposta autoriza a utilização de recursos anteriormente retidos em novos projetos e serviços educacionais, medida considerada relevante para estados e municípios, incluindo Alagoas. Em razão de seu potencial impacto sobre políticas educacionais, a proposta recebeu **avaliação positiva** no IRR.

Por fim, em relação ao **PL nº 3.626/2023**, Renan Calheiros votou favoravelmente à redução de incentivos tributários, financeiros e creditícios vinculados às apostas eletrônicas, além do fortalecimento dos mecanismos de responsabilização tributária sobre apostas de quota

fixa. No contexto do IRR, o posicionamento recebeu **avaliação positiva** por apresentar alinhamento com medidas de regulação e contenção dos impactos sociais associados às apostas eletrônicas.

TABELA 11 – Votações relevantes no Senado

Ano	Proposição	Tema	Posição de Renan Calheiros	Impacto atribuído
2023	PEC 48/2023	Marco temporal indígena	Abstenção	Negativo
2024	PLC 153/2024	Recursos do FNDE	Favorável	Positivo
2025	PL 3.626/2023	Tributação de bets	Favorável	Positivo

Fonte: elaboração própria com base em dados do Senado Federal e Câmara dos Deputados (2026)

4.4 ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA E VOTAÇÃO DA FAMÍLIA CALHEIROS

Para consolidar os resultados da pesquisa, aplica-se o IRR. Com base nos critérios metodológicos anteriormente definidos, foram reunidas as principais políticas públicas, programas governamentais, propostas legislativas e medidas institucionais examinadas ao longo do estudo, classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos.

TABELA 12 – CONSOLIDAÇÃO DO ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE REPRESENTATIVA (IRR)

Projeto/Ação	Área	Impacto na base eleitoral	IRR
Programa Pró-Estradas	Infraestrutura	Muito positivo	2
Aeroporto de Arapiraca	Desenvolvimento regional	Positivo	1
Reforma da Previdência de Alagoas	Ajuste fiscal	Negativo	-2
Concessão do saneamento de Maceió	Infraestrutura urbana	Negativo	-1
Hospitais Regionais do Norte e da Mata	Saúde pública	Muito positivo	2
Programa Cria	Assistência social	Muito positivo	2
Cartão Escola 10	Educação	Muito positivo	2
Subutilização do FECOEP	Assistência social	Negativo	-1
Novo PAC – Transportes	Infraestrutura	Positivo	1
PL 4.443/2025 – Minerais Estratégicos	Desenvolvimento econômico	Positivo	1
PEC 37/2025 – Eficiência Produtiva	Economia	Negativo	-1
PL 5.473/2025 – Tributação de <i>Fintechs</i> e <i>Bets</i>	Tributação / regulação	Positivo	1
PEC 42/2025 – Confiança Previdenciária	Previdência	Positivo	1
PLC 30/2026 – Regulação do FGC	Sistema financeiro	Neutro	0
PEC 48/2023 – Marco Temporal Indígena	Direitos indígenas	Negativo	-1
PLC 153/2024 – Recursos do FNDE	Educação	Positivo	1
PL 3.626/2023 – Tributação de <i>Bets</i>	Regulação social	Positivo	1
TOTAL			9

Fonte: elaboração própria.

A análise dos indicadores aponta predominância de medidas classificadas como positivas no Índice de Responsividade Representativa (IRR), que alcançou pontuação consolidada de +9. Observa-se que os resultados mais favoráveis concentram-se sobretudo nas

áreas de infraestrutura regional, saúde pública, assistência social e educação. Ao mesmo tempo, também foram identificadas medidas de racionalidade fiscal e econômica que produziram impactos negativos sobre determinados setores sociais, especialmente no caso da Reforma da Previdência estadual, da concessão dos serviços de saneamento básico na Região Metropolitana de Maceió e de algumas propostas econômicas analisadas. Esses elementos evidenciam tensões entre governabilidade administrativa, ajuste fiscal e responsividade social.

Em uma perspectiva mais concreta, a análise das propostas legislativas da família Calheiros, especialmente no Senado Federal, indica um padrão de pragmatismo político voltado à preservação de suas bases eleitorais rurais, sem romper alianças com setores economicamente influentes. Esse comportamento demonstra forte influência das dinâmicas territoriais sobre a atuação parlamentar. Em regiões onde políticas públicas ligadas à infraestrutura hídrica, ao fortalecimento da agricultura familiar e à transferência de renda possuem papel central na economia local, a presença de lideranças tradicionais tende a manter relevância política e eleitoral.

Nesse contexto, a longevidade política da família Calheiros relaciona-se à capacidade de responder a demandas socioeconômicas predominantes em Alagoas. Esse processo também é favorecido pela projeção nacional de figuras como Renan Calheiros no Movimento Democrático Brasileiro, MDB. Os dados analisados ao longo da pesquisa indicam que não existe um distanciamento absoluto entre representantes e representados. Ao contrário, observa-se a coexistência entre mecanismos de reprodução do poder oligárquico e níveis relevantes de responsividade política em escala territorial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados ao longo desta pesquisa permitiram traçar o perfil da base eleitoral da família Calheiros e compreender os fatores associados à sua permanência prolongada na política de Alagoas, especialmente nas regiões rurais do estado, no Agreste e no Sertão. A investigação empírica indica que, embora persistam características associadas à reprodução oligárquica do poder político, não se observou ruptura expressiva no vínculo representativo em parte relevante da atuação analisada. A análise das propostas legislativas, dos programas governamentais, dos posicionamentos parlamentares e dos indicadores socioeconômicos aponta correspondência entre a atuação política e as principais demandas da base eleitoral estudada.

Os resultados indicam, portanto, que a presença de estruturas oligárquicas no cenário político regional brasileiro não conduz, necessariamente, à dissolução da representatividade

democrática. A pesquisa identificou a coexistência entre mecanismos tradicionais de concentração de poder e níveis relevantes de correspondência com os interesses da base eleitoral, especialmente nas áreas de infraestrutura regional, saúde e educação. Esse achado desafia leituras unidimensionais sobre as oligarquias políticas brasileiras, que tendem a equiparar longevidade política com déficit democrático, sem considerar a capacidade adaptativa dessas estruturas diante das demandas sociais de seus eleitores.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa têm implicações relevantes para o debate sobre representação política e reforma democrática no Brasil. Se oligarquias regionais são capazes de manter níveis relevantes de responsividade, isso sugere que o problema central da representação política brasileira não reside exclusivamente na concentração familiar do poder, mas também na ausência de mecanismos institucionais que tornem essa responsividade sistemática, transparente e independente da vontade dos grupos dominantes. Em outras palavras, o desafio não é apenas romper com as oligarquias, mas construir instituições que garantam responsividade mesmo na ausência delas o que remete à necessidade de fortalecer os sistemas de participação direta, de controle social e de fiscalização da atividade parlamentar.

Para o campo do Direito, os achados reforçam a pertinência da pesquisa empírica como ferramenta indispensável à análise das instituições políticas. A avaliação da legitimidade democrática não pode se restringir ao plano normativo-formal, à verificação de se as eleições ocorreram dentro das regras, mas deve incorporar a dimensão substantiva da representação, tal como proposta por Pitkin (1967), investigando se e como os representantes efetivamente atuam em consonância com os interesses de seus representados.

Por fim, este trabalho constitui uma contribuição inicial para a análise da legitimidade da democracia representativa em contextos marcados por desigualdades regionais e diversidade sociopolítica. Pesquisas futuras podem aprofundar o estudo das relações entre oligarquia, representação política e responsividade social no Brasil, permitindo comparações com outras dinâmicas de poder familiar presentes na política nacional, como os grupos ligados às famílias Sarney, no Maranhão; Magalhães, na Bahia; Coelho, em Pernambuco; Motta, na Paraíba; e Lira, em Alagoas, contribuindo para a construção de uma teoria da representação política adaptada à realidade estrutural do federalismo brasileiro.

**POLITICAL OLIGARCHIES AND ELECTORAL RESPONSIVENESS:
An empirical analysis of the Calheiros family's political action in Alagoas**

ABSTRACT: This article presents an empirical analysis of the political performance of the Calheiros family in the State of Alagoas, using data obtained from official sources such as the

Chamber of Deputies, the Federal Senate and the Legislative Assembly of Alagoas. The study seeks to understand to what extent the actions of this political group reflect both oligarchic characteristics and mechanisms of political responsiveness toward its electorate. To achieve this objective, qualitative research was conducted based on a case study and documentary analysis of legislative proposals, parliamentary voting records and governmental programs. The investigation is based on the analysis of hypotheses related to political representation, representative democracy and the persistence of oligarchic structures in Northeastern Brazil. The results show the coexistence between traditional mechanisms of power concentration and relevant levels of responsiveness to the socioeconomic demands of the analyzed electorate.

Keywords: Political representation. Political oligarchies. Political responsiveness. Legislative behavior. Empirical legal research. Calheiros family.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Alagoas elege Renan Filho para o Senado**. Brasília, DF, 2 out. 2022.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/10/02/alagoas-elege-renan-filho-para-o-senado>. Acesso em: 8 abr. 2026.

ALAGOAS EM DADOS. **Estatísticas e Indicadores Socioeconômicos do Estado de Alagoas**. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, [2024]. Disponível em:

<http://www.alagoasemdados.al.gov.br>. Acesso em: 17 mai. 2026.

AMARAL, Luciana. **Temer atribui a Renan votação menor no 2º turno da PEC do teto. G1**, 13 dez. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-atribui-a-renan-votacao-menor-no-2-turno-da-pec-do-teto.ghtml>. Acesso em: 9 abr. 2026.

APRATTO, Douglas. Usinas de açúcar em Alagoas: do banguê à industrialização. Maceió: EDUFAL, 2017. Disponível em: <https://www.worldcat.org/title/usinas-de-acucar-em-alagoas-do-bangue-a-industrializacao/oclc/1020306132>. Acesso em: 10 mar. 2026.

AQUINO, Thiago. **Pandemia afetou o desenvolvimento do Nordeste? Veja o impacto no IDH**. Agência Tatu de Jornalismo de Dados, 2024. Disponível em:

<https://www.agenciatatu.com.br/noticia/idh-pandemia-nordeste/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

ARISTÓTELES. Política. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Disponível em: <https://archive.org/details/politica-aristoteles>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP). Disponível em: <https://atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BOBBIO, Norberto. **A democracia realística de Giovanni Sartori**. In: SALATINI, R.; BARREIRA, C. M. Democracia e direitos humanos no pensamento de Norberto Bobbio. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 15-28.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Banco de Dados Legislativo**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2026. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 17 mai. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Projeto de Lei Complementar nº 153, de 2024**. Dispõe sobre a destinação de saldos remanescentes do FNDE. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>. Acesso em: 17 mai. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Projeto de Lei Complementar nº 30, de 2026**. Disciplina as garantias do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Brasília, DF: Senado Federal, 2026. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>. Acesso em: 17 mai. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 3.626, de 2023**. Altera a legislação das apostas de quota fixa. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>. Acesso em: 17 mai. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 4.443, de 2025**. Institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>. Acesso em: 17 mai. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 5.473, de 2025**. Altera a lei de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para fintechs e bets. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>. Acesso em: 17 mai. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2023**. Dispõe sobre o marco temporal de demarcação das terras indígenas. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>. Acesso em: 17 mai. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2025**. Inclui o Art. 170-A na Constituição Federal (eficiência produtiva). Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>. Acesso em: 17 mai. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2025**. Inclui o princípio da confiança legítima na previdência social. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>. Acesso em: 17 mai. 2026.

CABRAL, **Thiago**. **Exclusivo: levantamento do Vero mostra 71 prefeitos alinhados aos Calheiros em Alagoas**. Vero Notícias, 25 fev. 2026. Disponível em: <https://veronoticias.com/politica/exclusivo-levantamento-do-vero-mostra-71-prefeitos-alinhados-aos-calheiros-em-alagoas/>. Acesso em: 10 abr. 2026.

CADA MINUTO. **INAPE revela cenário polarizado entre Renan Filho e JHC na corrida ao governo**. Cada Minuto, 17 dez. 2025. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2025/12/17/inape-revela-cenario-polarizado-entre-renan-filho-e-jhc-na-corrida-ao-governo>. Acesso em: 10 abr. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Portal de Deputados Federais**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2026. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/guia-para-jornalistas/deputados?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 1 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO (CONSED). **Projeto inspirado no Cartão Escola 10 é aprovado na Câmara dos Deputados**. 19 dez. 2023. Disponível em: <https://www.consed.org.br/noticia/projeto-inspirado-no-cartao-escola-10-e-aprovado-na-camara-dos-deputados>. Acesso em: 22 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO (CONSED). **Relatório de Avaliação do Abandono Escolar e o Impacto do Cartão Escola 10**. Brasília, DF: CONSED, [2022].

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, DF, 2001.

DATASENADO. **Pesquisa de Opinião Pública: Perfil e Impacto das Apostas Digitais no Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2024.

DIÁRIO DO PODER. **Pobreza avança em Alagoas e Renan Filho subutiliza fundo milionário**. 2021. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/pobreza-avanca-em-alagoas-e-renan-filho-subutiliza-fundo-milionario>. Acesso em: 27 abr. 2026.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

G1. **Conta de água sofre reajuste e fica mais cara em Maceió e região metropolitana**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/10/07/conta-de-agua-sofre-reajuste-e-fica-mais-cara-em-maceio-e-regiao-metropolitana.ghtml>. Acesso em: 27 abr. 2026.

G1. **Alagoas celebra 200 anos de história que se mistura à da cana-de-açúcar**. 3 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/arquivo/noticia/2017/09/03/alagoas-celebra-200-anos-de-historia-que-se-mistura-a-da-cana-de-acucar.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2026.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Em três anos, Hospital Regional do Norte atendeu mais de 163 mil**. 2023. Disponível em: <https://www.saude.al.gov.br/em-tres-anos-hospital-regional-do-norte-atendeu-mais-de-163-mil/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária**. Maceió: SEPLAG, 2016-2022. Disponível em: <https://transparencia.al.gov.br/portal/relatorio-de-gestao-fiscal>. Acesso em: 27 ABR. 2026.

GUERRA, Rayanderson. **Sexto Político do Clã Calheiros tenta chegar ao poder em cidade no interior de Alagoas**. O Estado de S. Paulo, 15 set. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/sexto-politico-do-cla-calheiros-tenta-chegar-ao-poder-em-cidade-do-interior-de-alagoas/>. Acesso em: 08 abr. de 2026.

JORNAL DE ALAGOAS. **Pesquisa aponta Renan Calheiros numericamente à frente em disputa embolada ao Senado**. Jornal de Alagoas, 18 dez. 2025. Disponível em: <https://www.jornaldealagoas.com.br/politica/2025/12/18/15174-pesquisa-aponta-renan-calheiros-numericamente-a-frente-em-disputa-embolada-ao-senado>. Acesso em: 10 abr. 2026.

KELSEN, Hans. **A democracia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEAL, Nathalia. **Censo 2022 mapeia população indígena em Alagoas**. Associação dos Municípios Alagoanos, 2023. Disponível em: <https://ama-al.com.br/censo-2022-mapeia-populacao-indigena-em-alagoas/>. Acesso em: 23 abr. 2026.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MATSUI, Naomi. **Renan Calheiros apresenta projeto para pôr em lei complementar regras de funcionamento do FGC**. Broadcast, Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.broadcast.com.br/ultimas-noticias/renan-calheiros-apresenta-projeto-para-por-em-lei-complementar-regras-de-funcionamento-do-fgc/>. Acesso em: 23 abr. 2026.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Tradução de Arthur Chaudon. Brasília, DF: Editora UnB, 1982.

MIGUEL, Luís Felipe. **A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 483–511, 2002.

MIGUEL, Luís Felipe. **Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo**. Lua Nova, São Paulo, n. 100, p. 83-118, 2017.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The Concept of Representation**. Berkeley: University of California Press, 1967. Disponível em: <https://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft0k4003fg&chunk.id=d0e122&toc.dpth=1&toc.id=&brand=ucpress>. Acesso em: 12 abr. 2026.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1975. Disponível em: <https://archive.org/details/logicscientificd00popp>. Acesso em: 24 maio 2026.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social: repensando o Estado-providência**. Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4259235/mod_resource/content/1/Rosanvallon%20-%20A%20Nova%20Quest%C3%A3o%20Social.pdf. Acesso em: 12 abr. 2026.

SANTOS, Márcio Zacarias dos. **Dos antigos engenhos banguês em Alagoas até o aparecimento das primeiras usinas na década de 1920**. 2022. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História - Licenciatura) - Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2022.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS. **Hospital Regional da Mata completa cinco anos de funcionamento e contabiliza mais de 11,7 mil cirurgias**. 2025. Disponível em: <https://www.saude.al.gov.br/hospital-regional-da-mata-completa-cinco-anos-de-funcionamento-e-contabiliza-mais-de-117-mil-cirurgias/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (SINTEAL). **Nota pública: o que o governo Renan Filho tem a esconder?** Disponível em: <https://www.sinteal.org.br/2020/07/nota-publica-o-que-o-governo-renan-filho-tem-esconder/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

SIQUEIRA, Vanessa. **Alagoas é 1º do NE e 4º estado do país com mais apostadores de bets, diz pesquisa**. Movimento Econômico, 2024. Disponível em:

<https://movimentoeconomico.com.br/economia/2024/10/03/alagoas-e-1o-do-ne-e-4o-estado-do-pais-com-mais-apostadores-de-bets-diz-pesquisa/>. Acesso em: 23 abr. 2026.

SIQUEIRA, Vanessa. **Subsolo de Alagoas revela potencial para fertilizantes e minerais estratégicos**. Movimento Econômico, 2025. Disponível em: <https://movimentoeconomico.com.br/especiais/subsolo-de-alagoas-revela-potencial-para-fertilizantes-e-minerais-estrategicos/>. Acesso em: 23 abr. 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Painéis de resultados das eleições**. Brasília, DF: TSE, [s.d.]. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/pain%C3%A9is-de-resultados?session=105900253802076>. Acesso em: 1 maio 2026.